

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*

O Preço do Calote

O carnaval de aumento dos gastos públicos em que se transformou a votação das disposições transitórias da Constituinte só tem um desaguadouro possível: tão certo quanto dois mais dois são quatro, os impostos vão aumentar. E o motivo é muito simples: o Governo não tem nem terá de onde tirar recursos para cobrir uma fatura que arrisca quebrar o Banco do Brasil e os bancos estaduais ainda de pé.

Oportunistas de todos os tipos juntaram-se para promover a anistia na dívida das pequenas e médias empresas, pensando que podem sacar contra a falta de consciência coletiva, e particularmente urbana, neste país. Quem vai, afinal, pagar a conta de mais um calote?

A classe média será a mais duramente atingida. Hoje, a classe média urbana está sendo empurrada para os morros, para as favelas, porque os níveis de renda foram contidos e a construção civil estagnou.

Curiosamente, o início dessa estagnação encontra-se no fim melancólico do BNH, que — muito a propósito — começou quando lideranças políticas populistas usaram e abusaram do calote no Sistema Financeiro da Habitação para ganhar algumas prefeituras, a do Rio de Janeiro inclusive.

Na época foi dito que o custo do calote no BNH não era tão grande assim. O tempo se encarrega de mostrar que, violentado qualquer sistema de crédito e débito, fica aberto o caminho para todo tipo de promiscuidade, e o sistema implode.

O calote foi o começo do fim de uma estrutura que nunca funcionou de forma perfeita, nem funcionaria enquanto o país vivesse sob altas taxas de inflação, combinadas com a gradativa perda de poder de compra dos salários. O que está provado, com o fim do BNH, é que o calote beneficiou somente os que já estavam dentro do circuito, os mutuários que passaram à condição de privilegiados, em confronto com os milhões de brasileiros sem teto espalhados pelas grandes e pequenas cidades.

Os depósitos das cadernetas de poupança no Banco Central, que não se investem em habitações porque as empresas não se sentem seguras contra os riscos do mercado, são um retrato vivo dos problemas de política monetária que podem ser agravados. Quanto maior a incerteza e mais fortes as pressões para calotear dívidas internas, maior a ciranda do dinheiro flutuante. Um país que desorganiza sua poupança é um candidato à estagnação.

O calote para os pequenos e médios empresários não vai beneficiar todos os que têm dívidas. Muitos bancos privados já acertaram ou reescalaram seus créditos com a clientela. Fundamentalmente, a medida vai beneficiar quem cultiva a filosofia

do calote como salva-vidas ou como estratégia de enriquecimento num país onde a moral se esfarrapa em cada esquina. Esses são os interessados numa fórmula global, em lugar da negociação proposta pelo Governo.

Qual a filosofia do senador Mansueto de Lavor e das lideranças rurais, que de repente encontraram um novo “gancho” de popularidade? Caloteiros. Primária e sujamente caloteiros, preparando um desdobramento que terminará na implosão da dívida interna da União e na hiperinflação.

O país do calote vive hoje problemas cuja solução requer costuras delicadas por toda parte. Como subproduto do Cruzado e do longo período de incertezas políticas que culminam com uma Constituinte em compasso de espera, as empresas adiam suas decisões de investimento e passam a girar suas caixas no *overnight* ou onde melhor garantam a liquidez de seus recursos.

Esse excesso de liquidez representa um sério problema para o manejo da política monetária, pois a qualquer passo errado o dinheiro escapole para aplicações ainda mais especulativas, como a dolarização. O fim do mandato do presidente José Sarney deveria se caracterizar por um esforço suprapartidário para apoiar estratégias capazes de corrigir os rumos da política monetária, e para que seu sucessor não receba um país em frangalhos.

Os partidos políticos no Brasil ainda não aprenderam esse caminho do consenso mínimo, e se arriscam, com sua insensatez, a herdar miséria no revezamento no poder. Os partidos políticos não podem pensar em promover uma festa móvel em torno de benesses que vão arrasar a economia enquanto amealham votos. É por esse caminho que se plantam as sementes da destruição da democracia e do retorno ao autoritarismo.

O que os populistas da Constituinte querem fazer empurra o país para a miséria, pois as alternativas para o festival de gastos ou serão emissões de papel-moeda, ou uma enxurrada de títulos públicos, ou, o que é mais provável, um aumento de impostos recaindo sobre a classe média. A classe média é a mais transparente para o fisco, pois pode ser atingida nas compras de bens de consumo ou nos contratos.

Essa classe média passiva, e sobretudo a urbana, precisa despertar para o assalto do populismo que fermenta em Brasília e encontrou inesperados adeptos em desprevenidas e despreparadas lideranças rurais. A classe média já foi empurrada para as favelas. Oxalá consiga se defender antes que seja empurrada para a sarjeta.